

CAXIAS — UNIFICADOR DO IMPÉRIO DO BRASIL

General FREDERICO RONDON

A biografia do maior dos Brasileiros já se vai tornando conhecida, para honra da cultura nacional, em seus múltiplos aspectos. Foi-nos, assim, fácil tarefa coligir, entre os doutos que a têm versado, em numerosos artigos, livros e conferências, os subsídios que balizam como marcos luminosos, a prosa desataviada que se vai seguir, disciplinando as reflexões pessoais que ouvimos por nossa vez aduzir.

Preocupa-nos, neste momento, um conhecimento mais preciso das operações militares conduzidas pelo ínclito Marechal do Brasil, nas campanhas internas. A lógica dos acontecimentos convencer-nos-á de que a vitória estaria assegurada às Forças do Império, em qualquer daquelas campanhas. Conduzidas pelo Chefe nunca vencido e, realmente insuperável, no cenário em que atuou, para maior glória do Brasil, as mencionadas campanhas foram, entretanto, coroadas, invariavelmente, pela transigência ditada por um acendrado patriotismo, em busca da concórdia entre os brasileiros; por uma insopitável simpatia pelo adversário em armas, simpatia que desabrochava em verdadeiro afeto, ante os patrícios

vencidos e penitentes de seus erros para com a Pátria em momentâneos desvarios a que foram levados pela política partidária.

Talvez, nesta preferência pelas operações militares internas, como fundo para melhor ressaltarem as virtudes cívicas do grande vulto de Caxias, no cenário nacional, possa encontrar-se alguma originalidade.

Passemos, pois, ao tema proposto: "Caxias, o Unificador do Império do Brasil".

Coincidência feliz quão significativa, imposta pela cronologia, faz preceder ao movimento cívico-nacional do Dia da Pátria esta preparação cívico-militar da Semana de Caxias, pelo culto ao maior dos Brasileiros, ao imortal cidadão soldado, cuja vida se entrelaça de tal modo com os fatos mais relevantes da História do Brasil, no Século da Independência, que é impossível versá-la sem discorrer sobre êstes mesmos fatos.

Mercê desta coincidência, nossas guarnições militares, como epicentros de salutar vibrações do solo pátrio, desperta o País inteiro para as comemorações do 7 de Setembro.

E aqui estamos, conclamados por essa alvorada cívica, para nos congratularmos, como brasileiros, por êsse glorioso passado, rememorando feitos, nos quais ficaram impressos os traços predominantes da insigne personalidade do Marechal Duque de Caxias.

Será ainda o senso cronológico das efemérides que nos há de orientar, na seleção daqueles fatos, através das páginas de nossa História Militar e Política, em rápido escôrço, visando a deixar em evidência o homem providencial e sua projeção na vida nacional; a influência incontestável, nos destinos da Nação Brasileira, de suas atitudes, nos momentos decisivos que atravessamos, confiados em seu patriotismo e em sua genialidade.

25 de agosto de 1803. Nasce, na Fazenda São Paulo, Distrito de Tuquaru, jurisdição da Vila da Estréla (atual Imbariê), na antiga Província do Rio de Janeiro, Luiz Alves de Lima, filho legítimo do Tenente Francisco de Lima e Silva, do 1.º Regimento de Infantaria de Linha.

Vem assim à luz, naquele ambiente de paz e serenidade, aquêle que seria o Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias — a Espada invencível do Império do Brasil.

A serenidade fruída em seus primeiros dias, no solar paterno, ficaria impressa na fronte do infante predestinado. Luiz Alves de Lima teria sido ao depois, em tôda a sua vida, principalmen-

te, o homem sereno que conhecemos, através de nossa História, nos lances mais angustiosos por que passou a Nação Brasileira; o General que, aceitando a guerra como contingência inelutável da vida dos povos, implantava com suas vitórias a justiça e a paz.

22 de novembro de 1808. Aos 5 anos, Luiz Alves de Lima assenta praça, como 1.º cadete, no mesmo Regimento de seu ilustre pai, o 1.º de Infantaria de Linha.

Não foi, em verdade, o primeiro, nem o único infante brasileiro a receber esta mercê do Príncipe Regente. Nenhum outro, porém, a justificou tão exuberantemente. Em nenhum outro, talvez, tivesse produzido tão salutares efeitos aquêle estímulo aos arroubos marciais que assinalam a infância, nesse desabrochar do instinto de defesa das Nações que, prezando a liberdade, como bem inestimável e condição de existência, não deixam arrefecer, nos enlevos da vida pacífica, o ânimo combativo que, na devida ocasião, deve consubstanciar o sentimento patriótico latente no coração de seus filhos.

Aquêle minúsculo cadete de 5 anos, cerra-fila do 1.º Regimento, teria sido, em tôda parte, uma advertência de que a Nação Brasileira se prestava, para merecer o glorioso destino que lhe reservara a Providência.

E que belo exemplo de modéstia aquêle de vestir antes a farfa de praça, para fazer jus ao



CAXIAS

depois às insignias de oficial e, mais tarde, aos gloriosos bordados de general!

Muitas vezes encontraremos, através da longa e frutuosa existência do maior dos soldados do Brasil, este precioso atributo da modéstia, que lhe inspira o mais acendrado sentimento cristão.

25 de agosto de 1817. Aos 14 anos completos, após o curso de humanidades, presta o compromisso de honra, ante a bandeira de seu Regimento, o 1.º cadete Luiz Alves de Lima.

Em plena adolescência, assume, pois, o glorioso infante a plenitude do dever militar, incorporando-se definitivamente ao Exército.

7 de janeiro de 1818. A matrícula na Academia Militar da Corte abre-lhe novos horizontes. A Matemática, a Geografia, a Astronomia, a Topografia, a Física, a Química e a Mecânica assoberbam-lhe o espírito por quatro longos anos, ao mesmo tempo em que se retempera o futuro chefe, na "disciplina militar prestante" e na íntima convivência, que lhe propicia o lar paterno, com os mais abalizados e cultos generais, entre os quais haveria de sobressair, por seu valor e serviços à nova Naciona-lidade Brasileira, seu ilustre pai, o Coronel Francisco de Lima e Silva, ao depois General e Regente do Império.

12 de outubro de 1818. Ainda aluno da Academia Militar, foi o cadete Luiz Alves de Lima promovido a alferes para o 1.º Batalhão de Fuzileiros. O tempo

incumbir-se-ia de mostrar que jamais o prestígio paterno e a munificência ministerial foram melhor justificados.

Promovido a tenente, ainda no Batalhão de Fuzileiros da Corte, assiste Luiz Alves de Lima aos acontecimentos que preludiam a emancipação política e a instituição do Nôvo Império do Brasil.

Após o glorioso 7 de Setembro de 1822, constituído o Batalhão do Imperador, é o Tenente Luiz Alves de Lima transferido para a nova unidade, à qual estava reservado o mais relevante papel, na consolidação e defesa das novas instituições brasileiras.

É diante das fileiras desta gloriosa unidade que pela primeira vez se desdobra, solta às carícias da brisa, a Bandeira do Brasil, segura pelo pulso firme do Tenente Luiz Alves de Lima. É a predestinação que mais uma vez se evidencia, na vida do imortal brasileiro, identificando-a, por assim dizer, com a do Brasil soberano.

24 de março de 1823. Segue para a Bahia o Batalhão do Imperador, a fim de se reunir às Forças do General Labatut, que têm a missão de expulsar do território nacional as tropas portuguesas que, naquela Província, pretendiam prolongar o poderio da Metrópole.

Na Guerra da Independência, então desencadeada, recebe o Tenente Luiz Alves de Lima seu batismo de fogo, fazendo jus aos primeiros elogios à bravura e ao sangue frio.

No combate de 3 de junho, sobressai ainda pela bravura e habilidade, "muito concorrendo para o bom êxito das operações". Seu nome figura entre os primeiros recomendados à consideração do Imperador.

Após a vitória de 2 de julho, regressa o Tenente Luiz Alves de Lima, com seu Batalhão, ao Rio de Janeiro.

A revolta da Província Cisplatina leva ao Sul o Batalhão do Imperador, incorporado à guarnição de Montevidéu. Em todos os recontros e surtidas, salienta-se o Capitão Luiz Alves de Lima. Nos combates de 7 de fevereiro, 5 e 7 de junho, 14 de julho, 5 e 7 de agosto, merece especial menção, por sua intrepidez e sangue frio. E só retorna à Corte, com seu Batalhão, após a convenção de paz de 27 de agosto de 1828.

A promoção a major acarreta-lhe a classificação no 1.º Regimento de Infantaria de Linha. Decreto de 27 de março de 1829 transfere-o novamente para o Batalhão do Imperador.

7 de abril de 1831. Durante o movimento militar de 7 de abril, que determinou a abdicação do primeiro Imperador, conserva-se pronto em seu quartel de São Cristóvão o Major Luiz Alves de Lima, "até que por ordem de seu Comandante veio para o Campo de Sant'Ana, com seu Batalhão, ocupar o lugar que lhe havia sido designado".

7 de outubro de 1831. Como segundo comandante do famoso Batalhão de Oficiais-soldados,

por aclamação de seus camaradas, entre os quais alguns de patente mais elevada, dirige a segunda coluna de ataque aos amotinados da Ilha das Cobras, desembarcando nessa ilha à frente de sua tropa e completando o cerco do qual resultou a rendição daqueles.

18 de outubro de 1831. Por Decreto desta data, é o Major Luiz Alves de Lima investido do Comando-Geral do Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte, por ele organizado segundo as ordens do Ministro da Justiça, Padre Diogo Antônio Feijó.

2 de abril de 1832. Com o Corpo de seu comando, domina prontamente a revolta chefiada pelo Major Miguel de Frias e Vasconcelos que, por suas idéias republicanas, achava-se preso na ilha de Villegaignon e lograra sublevar as guarnições desta ilha e da Fortaleza de Santa Cruz e desembarcar em Botafogo, donde marchou para o Campo de Sant'Ana, onde, prestigiado pela massa popular, proclamara pela primeira vez a República.

Dispersos a baioneta os amotinados, sai o Major Luiz Alves de Lima em perseguição ao chefe rebelde que procurou asilo numa casa da Rua do Areal.

Diz a tradição que o Comandante das Forças legais, fazendo cercar a casa, entrou para revisá-la pessoalmente e, avançando da sala para um corredor, viu uma porta trancada; deu volta à fechadura, abriu a porta e olhou. Em pé, no meio do quarto, estava o Major Miguel de Frias, lívido, perplexo.

O Major Luiz Alves de Lima não quis ver... a generosidade cegou-o. Fechou de novo a porta e saiu, fazendo retirar a força e suspender a perseguição aos rebeldes fugitivos, cujo chefe pôde assim escapar à prisão e embarcar para o estrangeiro.

Miguel de Frias e Vasconcelos, Major do Imperial Corpo de Engenheiros, de 24 anos apenas, era conhecido pelo nobre e fervente espírito de nacionalismo e pelas idéias liberais que raiavam pelo ideal republicano. Como deputado do ajudante-general do Comando das Armas da Corte toma parte no movimento de 7 de abril, cabendo-lhe receber das mãos de Dom Pedro I o Decreto de abdicação. A política interrompe a carreira militar de Miguel de Frias, tão auspiciosamente iniciada. Vamos encontrá-lo mais tarde, reintegrado no Exército, sob o comando do mesmo vencedor da refrega do Campo de Sânt'Ana, que não hesita em manifestar-lhe a confiança no patriotismo e na proficiência militar jamais desmentidos.

12 de setembro de 1837. Promovido a tenente-coronel, continua Luiz Alves de Lima no Comando-Geral da Polícia Militar da Corte, que deixa em março de 1839, para acompanhar o Ministro da Guerra ao Sul, a fim de inspecionar as Fôrças legais que faziam face aos republicanos de Piratini. Reassume aquêle comando, de regresso à Corte, em maio.

2 de dezembro de 1839. Promovido a coronel e nomeado para

os cargos de Presidente da Província e Comandante em Chefe das Fôrças em Operações no Maranhão, deixa Luiz Alves de Lima, definitivamente, a Polícia Militar da Corte, da qual havia sido organizador e comandante, como vimos, desde 18 de outubro de 1831.

A grande Província do Nordeste Ocidental vivia, desde o ano anterior, em constantes sobressaltos criados pela revolta sertaneja que passou à História com o título de Balaiada — sucessão de crimes comuns e políticos impunes em cuja repressão haviam sido mal sucedidas autoridades civis e militares.

7 de fevereiro de 1840. Toman do posse de seus altos cargos, na Cidade de São Luís, lançou o Coronel Luiz Alves de Lima proclamação em cujos termos transluzem os atributos de chefe militar que tanto enobrecem sua personalidade: o espírito de sacrifício, o amor à concórdia, a energia serena e inflexível.

— “Maranhenses! Nomeado Presidente e Comandante das Armas desta Província, venho partilhar das vossas fadigas e concorrer, quanto em mim couber, para a inteira e completa pacificação desta bela parte do Império.

“Um punhado de facciosos, ávidos de pilhagem, pôde encher de consternação, de luto e de sangue, vossas cidades e vilas! O terror que necessariamente deviam infundir-vos êsses bandidos, concorreu para que se engrossassem suas honras; contudo, graças

à Providência e às vitórias até hoje alcançadas pelos nossos bravos, seu número começa a diminuir, diante das nossas armas.

Mais um esforço e a desejada paz virá curar os males da guerra civil.

"Qualquer que seja o estado em que se achem hoje os rebelados, eu espero, com os socorros que o Governo-Geral nos envia e com a força que me acompanha, fortalecer nossas fileiras, e não abandonar-vos enquanto os não houver debelado.

"Maranhenses! Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre nós existem. Deveis conhecer a necessidade e as vantagens da paz, condição de riqueza e prosperidade dos povos, e, confiando na Divina Providência, que tantas vezes nos tem salvado, espero achar em vós o que fôr mister para nossa santa causa".

Era chegado o momento de pôr em prática, em maior escala social, os mesmos princípios de justiça e fraternidade que até então lhe haviam norteado a ação de chefe militar:

— "Venho partilhar de vossa fadiga e concorrer para a pacificação desta pela parte do Império... Mais um esforço e a desejada paz virá curar os males da guerra civil... Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos... Confidando na Divina Providência... espero achar em vós tudo o que fôr mister para a nossa santa causa",

a causa da paz, da ordem e da lei, da justiça e da fraternidade brasileira, a causa da Pátria uma e indivisível, a causa do Brasil!

A Divisão Pacificadora do Norte — sugestiva denominação dada às Forças de seu comando — foi constituída, inicialmente, por três Brigadas que seriam decompostas, oportunamente, em colunas volantes, dotadas da necessária flexibilidade, para arrostar os rebeldes em armas, muitas vezes superiores em número.

"Não tinham acampamentos fixos êstes rebeldes; suas colunas fugiam do Exército e caíam de súbito sobre as fazendas e povoações inermes ou mal guarnecidias".

Iniciam-se as operações, sob o novo comando em chefe, com a derrota dos rebeldes na Comarca do Brejo.

Guarnecida e fortificada Caxias, as Forças Imperiais acampadas nesta cidade lançam-se em perseguição aos rebeldes do Brejo, colocando-os entre dois fogos.

"Mais militar que político", o Presidente Luiz Alves de Lima, ordenadas as causas do governo da Província, marcha a 7 de março para a campanha, passando a dirigir pessoalmente as operações.

Com um exército de 6.000 homens, entre os quais se contavam 2.000 doentes e muitos suspeitos de rebeldia; na necessidade de guarnecer muitos pontos distantes do interior das duas Províncias que se avizinhavam no vale do Paraíba, e de manter colunas volantes em contínuas ex-

plorações e freqüentes combates; lutando com as maiores dificuldades financeiras em que o abandona o Governo Central, assoberbado ao mesmo tempo com os encargos da guerra civil no Sul, vai o Coronel Luiz Alves de Lima dominando a situação, tomando posse dos pontos mais importantes, infligindo aos rebeldes severas perdas, implantando a ordem e a lei.

27 de agosto de 1840. A proclamação da maioridade do Imperador Pedro II enseja-lhe novo manifesto aos maranhenses, em prol da concórdia e da legalidade:

— “Um sublime pensamento deve agora inflamar o coração brasileiro. Aspérrima foi a longa experiência; aproveitai-a maranhenses! Amor ao Imperador, respeito às leis e esquecimento de vergonhosas intrigas que só têm servido para enfraquecer-vos. Um só partido, enfim, o do Imperador!”

22 de outubro de 1840. Batidos em Vargem Grande, Viana, Pastos Bons onde quer que se apresentassem em armas, nos povoados do interior ou em seus próprios quilombos, no recesso das matas, os rebeldes acorrem, finalmente, de toda parte, atraídos pela notícia do Decreto de anistia, que circulou célere.

Em Caxias, é o Presidente da Província e Comandante em chefe do Exército Pacificador recebido com demonstrações de regozijo público. Ainda cobertos de luto, os habitantes da cidade festejam, com três noites de lumiárias, a primeira visita de um presidente àquele sertão, teatro

um ano antes de inaudito vandalismo da Balaiada.

11 de janeiro de 1841. Depois da rendição dos rebeldes de São Francisco, em número de 900, restavam os de Icatu, que ainda em janeiro de 1841 recusavam-se a depor as armas, antes de falar com o Presidente e sómente em sua presença se submetem à lei.

Pacificada a Província do Maranhão, normalizada sua vida econômica, por sábia medida que consubstanciaram o programa de governo realizado em meio às maiores dificuldades criadas pela guerra civil, solicitou o Coronel Luiz Alves de Lima sua demissão de Presidente e Comandante das Armas, que lhe foi concedida por despacho de 2 de abril.

18 de julho de 1841. De regresso à Corte, é o Coronel Luiz Alves de Lima promovido a brigadeiro e agraciado com o título de Barão de Caxias, que tanto haveria de enobrecer em quase meio século de serviços à Pátria, recordando a pequena cidade sertaneja que assistiu ao seu primeiro triunfo sobre os inimigos da ordem e da lei.

21 de março de 1842. É o Brigadeiro Barão de Caxias investido no Comando das Armas da Corte e, nesse posto, recebe, a 18 de maio, a nomeação para comandar as Forças em operações contra os revolucionários da Província de São Paulo.

Continuava a lavrar a guerra civil. Brasileiros desavindos pela política partidária punham em risco a unidade da Pátria, pos-

tergando os sadios princípios da ordem e da lei, comprometendo o progresso, levando aos lares a inquietação, a miséria e o luto.

Cumpria restaurar o império da lei, nas Províncias atingidas pelas comoções internas. A Espada do Império ainda não podia embainhar-se.

Vinte e quatro horas depois da nomeação embarcava para Santos o novo Comandante em Chefe das Fôrças legais, levando também a carta imperial que o investia no cargo de vice-presidente da Província rebelde.

Desembarcando em Santos, marcha em seguida para São Paulo o Barão de Caxias, à frente de uma coluna de 400 homens, na maior parte formada por antigos rebeldes do Maranhão — "400 cadáveres ambulantes", no dizer escarninho do Conselheiro Antônio Carlos. E com êle deveria o novo Comandante em Chefe submeter os paulistas em armas, que a essa altura dos acontecimentos já numeravam 3.000 homens.

Porém, ao chegar ao pôrto de Santos, o Comando legal requisiou rações para 3.000 homens, fazendo assim constar que marchava apenas com a sua vanguarda. A notícia corre ligeira, sobe ao Planalto, precedendo a coluna do Chefe invicto. O estratagema surte o desejado efeito. Os revolucionários, que se achavam prestes a tomar a capital, acampados pouco além da ponte de Pinheiros, hesitam.

25 de maio de 1842. Tomando a iniciativa das operações, o Ba-

rão de Caxias faz ocupar, com elementos de sua famosa "Vanguarda", as pontes de Pinheiros e Anastácio e destruir as de Santo Amaro e do Ó. O contacto é estabelecido com as fôrças do chefe rebelde, Rafael Tobias de Aguiar. A rapidez das operações salva a capital da Província. A 28 de maio, o Barão de Caxias transpõe, com o 12º Batalhão de Caçadores, a ponte de Pinheiros e ataca a fôrça de Rafael Tobias, três vezes superior em número. A inferioridade numérica impede o Barão de explorar o êxito alcançado. Nôvo ataque é levado a efeito, a 1º de junho, com maior vigor e ousadia. Retiram-se, porém, os rebeldes, evitando as ações decisivas.

A presteza e o espirito ofensivo das Fôrças legais iam aos poucos desmoralizando os rebeldes, cujo comando perdia prestígio em suas constantes retiradas em face do inimigo. Surgem desavenças e dissensões que o Comando legal sabe aproveitar em favor de sua causa.

Desbaratados nas proximidades de Campinas, expulsos da fazenda de Caracapiuva e do corte, onde, a 13 de junho, Caxias tenta cercá-los, os revolucionários de Rafael Tobias retiram-se em desbandada, aproveitando a proteção da noite, e procuram acolher-se em Sorocaba, que era considerada a cidadela da revolução mas, que, de fato, seria, conforme a predição de Caxias, "o túmulo da rebelião".

Ocupado Itararé pelas Fôrças legais, com o fim de impedir a retirada dos rebeldes para o Rio

Grande do Sul, Caxias faz convergirem sobre Sorocaba as colunas Leite Pacheco e Amorim Bezerra e avança para aquela cidade, à frente da terceira coluna legal.

Tenta ainda o chefe rebelde, Rafael Tobias, levantar o ânimo de seus comandados, com uma proclamação cheia de insultos aos mesmos revolucionários.

Estava extinta a insurreição de São Paulo.

20 de junho de 1842. Restava às Fôrças legais desfilar o tiro de misericórdia contra a resistência de Sorocaba. A 20 de junho, entram na cidade as Fôrças do Barão de Caxias. Em ordem do dia, mais uma vez fazia o glorioso Chefe aos seus soldados a recomendação de respeito à vida e aos direitos dos habitantes.

Partem colunas de Sorocaba sobre Taubaté, Pindamonhangaba, Lorena e Silveira, onde remanescentes da revolta ainda constituíam ameaça à ordem pública e são vencidos e aprisionados.

10 de julho de 1842. Regressa à Corte o Barão de Caxias, após sua vitória de Sorocaba, e é investido, sem demora, no Comando em Chefe das Fôrças imperiais em operações na Província de Minas Gerais. Não poderia ter repousado o grande Soldado do Brasil, quando estavam em perigo as instituições e a unidade nacional.

A 30 de julho, já se encontrava no Bromado o Comandante em Chefe e lançava seu primeiro editorial aos habitantes da Província,

assegurando a anistia ampla, a volta tranqüila aos domicílios, a continuação da vida doméstica aos revoltosos que, dentro de dez dias, depusessem as armas, à exceção dos chefes da rebelião.

No mesmo dia, assume o Barão de Caxias o Comando do Exército, no Rio do Peixe. Informado de que os rebeldes, encorajados pelos sucessos de Queluz, tinham deixado São João e avançavam sobre a capital para lá se dirigir a marchas forçadas e consegue entrar, sem que os adversários ousassem impedi-lo.

Renunciando seu primeiro objetivo, a coluna rebelde, forte de 2.000 homens, retira-se precipitadamente para a cidade de Sabará, da qual se apodera, a 11 de agosto, indo depois acampar no arraial de Santa Luzia. É neste arraial que tem lugar, a 18 de agosto, o combate decisivo da campanha de Minas Gerais entre duas colunas do Exército Pacificador e todo o exército rebelde, num efetivo aproximado de 4.000 homens.

Devidamente informado a respeito dos efetivos e disposição inicial das fôrças imperiais, o comando rebelde toma a iniciativa e colhe vantagens, em vigorosa surtida, na primeira parte da jornada.

Mais uma vez se revela o Barão de Caxias, como chefe manobreiro e hábil. Com os 800 bravos da 2ª Coluna, simula uma retirada, resistindo aos 3.000 homens que contra aquêles investem, e contramarcha sobre os rebeldes, numa carga de balonetas

que pessoalmente dirige, logo que exposto o flanco inimigo ao ataque da 3^a Coluna legal, conduzida pelo Coronel Lima e Silva, que acorre ao campo da luta, atraída pelo estrépito do renhido combate.

Trezentos prisioneiros, inclusive dez dos principais chefes da revolta, e todo o armamento e munição de guerra e de bôca foram os troféus da jornada de 18 de agosto. Dispersos, sem chefes, desprovidos de munição, vagando em diferentes direções, os restantes rebeldes não mais oussariam enfrentar o Exército Libertador. Estava extinta a revolta da Província de Minas Gerais.

Graduado ao posto de Marechal-de-Campo, regressa à Corte o Barão de Caxias, para ser novamente investido, por Decreto de 24 de setembro do mesmo ano de 1842, nos espinhosos cargos de Comandante em Chefe do Exército em Operações e Presidente da Província do Rio Grande do Sul.

9 de novembro de 1842. O Marechal Barão de Caxias empossa-se em seus novos cargos e se transporta para o Rincão dos Touros, donde irradia providências no sentido de aparelhar o Exército com os necessários elementos de remonta e assim poder executar o plano de operações que tem em vista.

11 de janeiro de 1843. Protegida a linha de navegação, desde a Lagoa Mirim até o Jacuí, com lanchões e canhoneiras da Esquadra de Greenfeld; guarnecidias a capital e a cidade do Rio

Grande; ocupado pelo grosso do Exército Imperial, contandoerto de 7.000 homens, o Passo de São Lourenço, no Rio Jacuí, têm início as operações com a travessia do São Gonçalo.

Depois de simular que passaria este rio nos Canudos e tomaria a direção de Piratini, o Barão de Caxias de fato o transpõe, com uma coluna ligeira, composta de 1.800 homens de Infantaria e Cavalaria, no Passo da Barra, e alcança o Camaquã, sem que o pressentisse o inimigo, quando este poderia atacá-lo com vantagem.

Do Rio Camaquã prossegue a coluna coberta agora à esquerda pela Serra do Erval e à direita pela Lagoa dos Patos e, após um percurso de 80 léguas, com um mês de marcha, atinge o Passo de São Lourenço.

Estava consumada a surpresa. Neto o esperava em Piratini e Canabarro continuava, no Passo da Juliana, a observar o grosso do Exército Imperial.

“O inimigo não tem um plano fixo”... “e apenas mostra disposição de emigrar para o Estado Oriental, logo que o Exército o persiga”. E, nesta convicção, assenta o Marechal Barão de Caxias seu plano de operações, visando a “aproximar-se da Fronteira com o Exército, tentando um golpe violento sobre o grosso dos rebeldes”, de acordo com Bento Manuel, cujos partidários atuariam no Município de Alegrete.

28 de fevereiro de 1843. Após acionar as Forças navais e as

terrestres da guarnição do Rio Grande, prevenindo a irrupção de Frutuoso Rivera, na Fronteira do Chuí, e limpar o Município de Cruz Alta dos bandos rebeldes que o infestavam, põe-se em marcha o Barão de Caxias, com o grosso de seu Exército, do Passo de São Lourenço em direção ao Vacacai e ao Passo do Rosário, no Rio Santa Maria.

Neto e Canabarro mantêm a cavalaria rebelde, no Passo do Salso, e a infantaria, no Passo do Rosário, em prudente expectativa, reunindo neste passo um efetivo de 3.000 homens.

Ao atingir São Gabriel com o grosso do Exército Imperial, é o Barão de Caxias ciente de que os rebeldes se haviam retirado em direção à fronteira do Alegrete.

Deixando, em São Gabriel, o Coronel Jacinto de Araujo Correia, com 2.000 homens e tôda a bagagem pesada, Caxias transpõe o Santa Maria, com 4.000 homens, e se dirige para a Capela do Livramento, que atinge ao cair da tarde de 30 de março.

Aproveitando a proteção da noite, evadem-se os rebeldes, transpõem a fronteira, na altura de Cunhapiuru, e se internam no território oriental, donde contramarcham, em rápido movimento, passando pelo Itaquatiá, em direção a São Gabriel, que põem em sítio, apoderando-se do gado e da cavalaria das Fôrças Imperiais, que se encontravam nos arredores da cidade. A aproximação da coluna do Barão de Caxias, que pressuroso acudiu a

praça, levantam os rebeldes, o cerco de São Gabriel e se retiram para Bagé, buscando novamente asilo no território estrangeiro.

Na impossibilidade de perseguir e obrigar ao combate, com tropas numerosas, um inimigo que se reunia e dispersava em colunas ligeiras, resolveu Caxias dividir seu Exército em duas colunas, deixando uma sob seu imediato comando e confiando à outra ao Brigadeiro Bento Manuel.

26 de maio de 1843. A divisão das Fôrças Imperiais produziu o desejado efeito. Convencidos de que seria fácil a vitória contra a coluna de Bento Manuel, de 1.200 infantes, 1.000 cavaleiros e apenas duas bôcas de fogo, os rebeldes atacam-na com 2.500 homens, no Arroio Ponche Verde. Saem vitoriosos os legais de Bento Manuel. Bento Gonçalves, medindo-se com seu valente adversário, sai derrotado pela segunda vez.

O ardil de David Canabarro, que à frente de 1.000 rebeldes põe cerco a Alegrete, a 5 de junho, falando em fictícias vitórias sobre as Fôrças Imperiais ao experimentado comandante da praça, Coronel Arruda Câmara, a quem propõe capitulação, sob pena de "deixar perecer a ferro e fogo os brasileiros confiados ao seu comando", recebe daquele condigna resposta. O recurso às armas não é melhor sucedido. Após 6 dias de sucessivos ataques, David Canabarro abandona o intento, deixando livre o campo.

Informado da vitória de Ponche Verde, o Marechal Ba-

rão de Caxias, que marchava com o grosso do Exército na direção de Bagé, vai reunir-se à coluna de Bento Manuel, nas pontas do Santa Maria Chica. Daí orienta esta coluna para Alegrete, em perseguição de Canabarro, e procura atacar Bento Gonçalves e Neto, em Opacaraí.

Nas pontas do Santa Maria Chica fere-se ainda, a 7 de junho, "um dos combates em que mais bravura e denôdo despregaram os nossos bravos", entre a coluna de Abreu e as forças rebeldes de João Antônio, que são destroçadas e postas em fuga.

3 de julho de 1843. Ante a mobilidade do inimigo, cujas colunas continuam a evitar o contato com as Forças Imperiais, procurando asilo no país vizinho, sempre que se viam acossadas, o Barão de Caxias resolve estacionar num ponto central da Campanha, que melhores condições apresenta para ser fortificado. A Estância do Carmo, no Rio Jaguari, foi o ponto escolhido. A 2ª Divisão conserva-se na margem direita do Ibirapuitã.

18 de julho de 1843. Em face dos sucessivos reveses, manifesta-se a discórdia entre os revolucionários. Souza Neto é destituído do comando em chefe e substituído por David Canabarro, que já não obedecia ordens de Bento Gonçalves. Este fala em deixar a presidência do Estado e retirar-se da política, em consequência das desfeitas sofridas. Continuam a apresentar-se às Forças imperiais indivíduos cansados de sofrer os efeitos da prolongada guerra, an-

siando pelo descanso, procurando os títulos de anistia, de conformidade com o Decreto de 29 de março de 1841, "que de muita utilidade tem sido e ainda pode ser, para a pacificação da Província". Com êstes elementos é organizado um corpo, com a denominação de Esquadrão de Cavalaria Ligeira do Município de Alegrete, que se coloca a serviço da legalidade.

3 de agosto de 1843. Novas regras, porém, se verificam na Fronteira de Alegrete. Neto perde tóda a cavalhada, tomada por João Propício Mena Barreto, e se encosta ao Quaraí. David, das pontas de Ponche Verde, desvia-se para o Estado Oriental, perseguido por Bento Manuel. O grosso do Exército Imperial se desloca para Caçapava, a fim de facilitar a própria remonta. Os rebeldes de João Antônio passam o Jaguari, muito desfalcados pela deserção. À aproximação da Brigada de Marques de Souza, os revolucionários abandonam Piratini e se internam no Uruguai. David Canabarro, agora presidente e comandante em chefe, dirige-se para Cérro Largo, com o grosso do exército republicano.

17 de agosto. Sumariando os acontecimentos, o Barão de Caxias pode proclamar:

"Não há uma só povoação dominada pelos rebeldes, não há mesmo na Província nenhuma força dêles, à exceção de pequenas partidas que têm mais o caráter de salteadores. Se a nossa fronteira com o Estado Oriental não fosse tão longa e fácil de ser atravessada impunemente em qual-

quer lugar; se os rebeldes não pudessem naquele Estado receber os socorros de que necessitam, principalmente cavalhadas, poder-se-ia afirmar que a revolta estava concluída."

Desiludidos, porém, do apoio do General Frutuoso Rivera, cuja situação se agrava na República Oriental, com as últimas derrotas que lhe infligem as forças de Oribe, os rebeldes não encontrariam outra solução, senão aquela prevista pelo Barão de Caxias — contramarchar para o Rio Grande, com o fim de emigrar, pelo Passo de São Borja, para Corrientes.

24 de agosto. Entretanto, volta Neto para Piratini. Propício vai ao seu encontro com 300 cavaleiros, forçando-lhe a fuga para o Pantanoso. João Antônio ressurge em Santa Maria Chica, com 400 rebeldes, ameaçando as comunicações com São Lourenço, donde marcham comboios do Exército Imperial. David reaparece no Passo da Armada, no Ibicuí, e no Passo do Rosário, provocando novas medidas de repressão do Marechal Barão de Caxias, com o grosso nas pontas do Jaguari.

2 de outubro. Cresce, contudo, o número de rebeldes apresentados à procura dos benefícios da anistia. Mas um contratempo sobrevém a este movimento de pacificação, com o Decreto Imperial de 7 de maio, revogando o de 29 de março de 1841, que autorizava o Presidente da Província a conceder anistia aos rebeldes apresentados. O Marechal lamenta-o, justamente magoad

pela demora com que lhe chega às mãos o referido diploma, depois que os revolucionários o haviam publicado em seu jornal de Piratini.

O resultado previsto pelo Barão de Caxias, ante essa atitude inesperada do Governo Central, não se fêz esperar. Recrudescem as atividades dos rebeldes, com as novas adesões dos elementos já desesperançados da anistia. João Antônio e Canabarro fazem junção, nas pontas do Ibirapuitã, e marcham em direção a Sant'Ana do Livramento, em procura de ligação com Bento Gonçalves, que faz frente à coluna da esquerda, na Fronteira do Jaguarão, com Neto e outros chefes republicanos.

Terminada a estação invernal, resolve o Barão de Caxias intensificar as operações. Cria uma nova Divisão, cujo comando confia ao Coronel Francisco Pedro de Abreu. Movimentam-se as três colunas do Exército Imperial. De Bagé, segue o Comandante em Chefe para São Gabriel; Bento Manuel para Alegrete. A Abreu é atribuído o setor do Jaguarão, onde surpreende e bate os republicanos, em Canguçu, a 6 de novembro.

12 de novembro. David rearticula-se em torno de Bagé. Neto em Piratini. Portinho e Carvalho tomam rumo incerto. "Todos os movimentos dêles", observa o Barão de Caxias, "consistem em furtarem-se ao combate, conservando-se distantes de nossas forças..."

Todavia, do lado republicano, lavra o descontentamento e a inquietação. Bento Gonçalves,

demitido da presidência, é substituído por Jardim. A Neto acontece outro tanto, substituído por Canabarro no Comando em chefe das forças rebeldes, as quais não passam de 2.000 homens, faltos de todos os recursos. O governo rebelde não tem pouso certo. Bento Gonçalves e Neto, desgostosos, tratam de criar um novo partido, para suplantar o de Canabarro.

28 de dezembro. Depois de esboçar um movimento em direção a Caçapava, David refugia-se mais uma vez na Fronteira do Quaraí, perseguido pela Divisão de Bento Manuel. João Antônio, tendo-se destacado da coluna de David, em Dom Pedrito, ruma com Portinho, à frente de 500 homens, para o Passo de São Simão, e transpõe o Ibicuí no Passo da Catarina, perseguido por João Propício Meira Barreto, e é batido por Demétrio Ribeiro, nas pontas do Butui nas Missões, e toma o rumo de Encruzilhada.

A estas derrotas vieram ainda acrescentar-se, neste penoso fim de ano, as de Batovi e São Martinho, comprometendo seriamente o moral dos revolucionários. Na perseguição desencadeada, por 38 léguas, sem os perder de vista, a vanguarda de Caxias não consegue que o adversário aceite o combate.

O novo ano de 1844 ainda haveria, porém, de escoar-se, antes de alcançarmos a desejada paz.

No mês de janeiro, David ressurge em Bagé, reagrupa os republicanos, num efetivo de 1600 homens, e marcha sobre Alegrete,

seguido de perto pela Divisão de Bento Manuel. O grosso do Exército Imperial se desloca em direção ao Passo do Rosário, observando os movimentos do inimigo que precipita sua retirada na direção da linha divisória com o Estado Oriental.

7 de março. Reunidos nas pontas do Arroio Arapendi, mais uma vez refugiados no vizinho Estado, os chefes republicanos recebem do General Frutuoso Rivera as primeiras sugestões para um entendimento com o Império, ao que teriam assentido. Procurado pelo Major Caballero, ajudante-de-ordens de Rivera, a pretexto de reclamar o armamento do Regimento Santa Fé, desarmado pelas Forças Imperiais ao entrar em nosso território, tem o Barão de Caxias ciência daqueles entendimentos, os quais considera prematuros, achando-se ainda em armas os revolucionários, de um lado e de outro da Fronteira.

Nova concentração de forças republicanas, em Bagé, faz convergirem para esta cidade a Divisão do Centro e elementos da Divisão da Esquerda. Batido pelos revolucionários de Amaral, que teve de enfrentar junto ao Arroio Candiotinha, antes de poder reunir-se à coluna do Centro, Abreu retira-se para Canguçu, cedendo à desproporção numérica. A chegada do Barão de Caxias, com a Divisão do Centro, David retira-se novamente para o Estado Oriental. Novas tentativas de rearticulação, tanto na região de Bagé, como nas Fronteiras de

Quaraí e Jaguarão, e novas retiradas para o território oriental se verificam nos meses subsequentes, enquanto piora, cada dia, o moral das forças republicanas. A intriga política repercute nas fileiras rebeldes, aumentando as deserções.

Novas propostas de pacificação da Província, por meios conciliatórios, são rejeitados pelo Barão de Caxias, como injuriosos aos direitos de Sua Majestade, o Imperador.

Reconhecendo a impossibilidade de se conservarem reunidos, os revolucionários se dividem em pequenos grupos e se espalham pela Campanha, obrigando Caxias a dividir, com as devidas cautelas, as Forças Imperiais, para continuar a persegui-los em tôdas as direções:

"A ocupação de maior número de pontos da Campanha, a contínua perseguição ativa aos grupos armados e a faculdade de anistiar a todos os que depuserem as armas" são os meios que parecem ao Marechal "mais próprios de levar a efeito a completa pacificação da Província".

2 de outubro. David Canabarro continua a estar sobre a Fronteira de Jaguarão, com o grosso de suas forças, em número de 800 homens. A 1^a Divisão Imperial ocupa a Fronteira de Bagé. Em seu acampamento, nas pontas do Taquarembó, o Barão de Caxias faz entrega ao chefe republicano anistiado, Ismael Soares, dos salvo-condutos solicitados por Bento Gonçalves e Antônio de Souza Neto, que deixam o serviço republicano.

"É o último golpe desferido contra a revolução", pensa o Marechal. "Canabarro, ainda com suas forças para o lado de Pedras Altas, em poucos dias terá de abandonar a Província, se não depuser também as armas". Com efeito, o chefe republicano passa o Jaguarão e marcha costeando nossa linha divisória, em direção à linha do Taquarembó. Caxias segue-o do nosso território, observando-lhe os movimentos.

10 de novembro. O chefe rebelde Bernardino é completamente batido, na margem esquerda do Quaraí, pelo Coronel Fernandes Lima, da 1^a Divisão Imperial. Propício surpreende e destróca o rebelde Jacinto Guedes, nas pontas do Arroio Sarandi. O Exército Imperial continua a aproximar-se da Fronteira do Estado Oriental, dividido em três colunas. David retorna ao Jaguarão.

Abreu recebe de Caxias a missão de atacar as forças de Canabarro, que devem estar a 14 de novembro no Cérro dos Porongos; e faz recomendações confidenciais ao Comandante da Divisão da Esquerda, convencido de que a ação "nos levará em poucos dias ao fim da revolta desta Província..."

Deixando-se surpreender por Abreu no acampamento do Cérro dos Porongos, David concorre para a desmoralização dos remanescentes rebeldes em armas. Bento Gonçalves tenta arrebatar o mando a Canabarro; rende-se, porém, à evidência da dispersão de sua gente; volta, ainda mais desanimado, para o lugar donde partiu, e continua à espera do

regresso de Fontoura, que fôra à Corte pedir novamente anistia.

Era a ocasião azada para a pacificação. Em novembro, de acôrdo com o Barão de Caxias, os revolucionários haviam expedido emissários com o fim de obter do Governo Imperial certas condições de paz, que atenuassem os efeitos da uma derrota militar. De posse das definitivas resoluções do Govêrno Imperial, Caxias entra em negociações com os chefes republicanos e, em fevereiro de 1845, assenta definitivamente, as condições de paz, baseadas na "anistia geral e plena para tôdas as pessoas envolvidas na rebelião."

De seu acampamento de Ponce Verde, a 28 de fevereiro de 1845, David Canabarro anuncia aos revolucionários a pacificação, em têrmos de candente patriotismo:

"Concidadãos! ... a guerra civil que por mais de nove anos devasta êste belo país, está acabada. A cadeia de sucessos por que passam tôdas as revoluções tem transviado o fim político a que nos dirigimos; e hoje a continuação de uma guerra tal seria o *ultimatum* da destruição e do aniquilamento da nossa terra."

"Um poder estranho ameaça a integridade do Império; e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será teatro de suas iniquidades e nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem

general do Brasil..." "União, fraternidade, respeito às leis e eterna gratidão ao ínclito Presidente da Província, o ilustríssimo e ex-celentíssimo Sr. Barão de Caxias, pelos afanosos serviços que há feito, na pacificação da Província".

A 1º de março, faz-se ouvir também a palavra do Marechal Barão de Caxias, proclamando a paz entre os brasileiros:

"Rio-grandenses! É sem dúvida para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil, que por mais de nove anos devastou esta bela Província, está terminada. Os irmãos contra quem combatímos estão hoje congratulados conosco e já obedecem ao legítimo Govêrno do Império do Brasil..."

Promovido a Marechal de Campo e elevado a Conde, por Decretos de 23 de março de 1845, Caxias permanece na Presidência da Província do Rio Grande do Sul, consolidando a obra de pacificação, e dêsse pôsto vem tirá-lo a eleição para Senador da mesma Província, a 1º de setembro do mesmo ano.

Em 1851, voltaria ainda o Marechal Conde de Caxias ao Rio Grande do Sul, como Presidente da Província e Comandante das Armas, quando urgentes motivos de uma guerra em perspectiva, com as Repúblicas do Prata, impunham novamente ao Govêrno Imperial o apêlo aos serviços do General insigne.

Como sempre, Caxias parte célebre para seu pôsto. Nomeado por Decretos de 15 e 16 de junho, em-

barca dois dias depois e, na madrugada de 24 de julho, já se encontra em marcha com sua tropa, de Orqueta para Sant'Ana do Livramento.

A 1.º de agosto, dá organização a suas Fôrças, em plena Fronteira, tendo em vista a invasão necessária do território talado pelo inimigo. Colhe, então, os frutos opímos da concórdia que soube implantar, em 1845, podendo contar, entre seus comandados imediatos, Antônio de Souza Neto que, solicitado por emissário de Oribe a que lhes prestasse concurso, reúne seus bravos farroupilhas, brasileiros e orientais, e com êles se apresenta ao Marechal Conde de Caxias, para a defesa do Império; e David Canabarro, a quem confia uma de suas Divisões. Graças ao empolgante prestígio do Comandante em Chefe, João Antônio da Silveira e José Gomes Portinho, antigos caudilhos farrapos, servem agora nas fileiras imperiais, ombreando-se com Andrade Neves e Jacuí,

ardorosos adversários da causa republicana. E, a Miguel de Frias e Vasconcelos, o republicano de 1832, o Conde de Caxias entrega confiante a chefia de seu Estado-Maior.

Assim aureolado pelas glórias de suas magistras campanhas internas, Luiz Alves de Lima, Marechal Conde de Caxias, o mago da unificação e da concórdia brasileira, empunhando a espada magnífica que, tal como a lança mitológica, fazia sarar as feridas que produzia, abre um novo ciclo, em sua longa e brilhante fé de ofício de serviços ao Brasil. Sagrando-se, como pacificador do Continente, quem antes fizera a unidade de sua Pátria e nela implantara a paz e a concórdia, cumpre Caxias mais uma vez uma predestinação, como precursor de "Ordem e Progresso", o lema que há de conduzir a Nação Brasileira aos seus gloriosos destinos.

(De uma palestra para o "Dia do Soldado").

A GUERRA REVOLUCIONARIA leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão.